

À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2019

(Da sra. Dep. Áurea Carolina e do sr. Dep. Padre João)

Requer a realização de Audiência Pública "***Autistar é resistir: cidadania e participação política***" para discutir o protagonismo das pessoas autistas em busca de seus direitos.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública com o tema "***Autistar é resistir: cidadania e participação política***" para discutir o protagonismo das pessoas autistas em busca de seus direitos.

Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente à Secretaria da CDHM, para realização dos convites.

JUSTIFICAÇÃO

Todos os anos, a ABRAÇA escolhe um tema a ser lançado antes do Dia 02 de abril é data declarada pela ONU como o Dia Mundial do Autismo. Esse ano, a ABRAÇA - Associação Brasileira por Ação pelos Direitos das Pessoas Autistas está desenvolvendo uma campanha com o tema (ainda em construção) "***Autistar é resistir: cidadania e participação política***".

Esse tema está alinhado tanto com o próprio tema da ONU para o dia, que é "Tecnologias Assistivas, participação ativa" e, principalmente, um dos eixos de trabalho: "O direito de ser ouvido: participação política e defesa dos direitos".

Apesar dos avanços conceituais, jurídicos e do maior reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência nos últimos anos, as pessoas autistas continuam sendo um dos grupos menos representados politicamente, seja através do movimento associativo da sociedade civil, seja na política partidária institucional.

Infelizmente, a despeito do que diz a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência(CDPD) e do propalado lema “Nada sobre Nós sem Nós”, as pessoas autistas ainda não têm sua voz reconhecida como sujeitos políticos plenos de direitos, sendo, frequentemente, alijadas dos processos decisórios e da participação pública, mesmo quando se está em questão de temas de seu interesse ou que afetam diretamente suas vidas.

Nesse contexto, é comum que a participação fique restrita a pais ou profissionais da área de saúde. As organizações representativas, em geral, não contam com pessoas autistas em sua diretoria. São poucos os eventos que oferecem oportunidade de fala para as pessoas autistas e que preparam o ambiente para essa participação.

A ausência de participação é tão evidente, que mesmo se configurando discriminação baseada na deficiência, os termos 'autismo' e 'autista` são usados frequentemente por jornalistas, autoridades e figuras públicas defensoras de direitos humanos como adjetivos desqualificadores.

Com frequência, ocorre a objetificação das pessoas autistas para causar inspiração às não autistas, sendo aquelas tidas ou como “exemplos de superação” ou mesmo como um 'fardo' para, assim, exaltar, vezes o “sofrimento”, vezes a 'gana' de pais e mães que lidam com filhos autistas, sem apontar as verdadeiras causas desse sofrimento: a desinformação, o capacitismo e a ausência de Políticas Públicas para apoiar o desenvolvimento das pessoas autistas de maneira inclusiva.

As pessoas autistas que precisam de mais apoio e suporte, ou que não conseguem se comunicar pela linguagem oral, têm muito menos chance ainda de participar e, com frequência, suas vontades e preferências são ignoradas, não havendo, no Brasil, nenhuma política de assistência pessoal e apoio à autonomia, além do pouco acesso às tecnologias de comunicação alternativa, contrariando assim à CDPD e as recomendações feitas pelo Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que monitora o cumprimento da Convenção.

A despeito disso, as pessoas autistas, no Brasil e no mundo, por meio das redes sociais e até além delas, vem estabelecendo canais de encontro para discutirem sobre seu jeito de ser, as barreiras e as dificuldades que encontram, suas prioridades, o contexto em que vivem, o preconceito e a violência que sofrem. Desses encontros, surge um processo de ressignificação e construção da própria identidade autista, não mais como doença, mas como condição neurodiversa de sujeitos políticos que se levantam para denunciar o capacitismo e para reivindicar seu lugar no movimento de luta das pessoas com deficiência.

Sendo assim, apresentamos à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a realização de uma audiência pública com foco no tema citado, tendo como **prioridade absoluta** a convocação de pessoas autistas como protagonistas do evento, ao contrário do que acontece tradicionalmente.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 2019.

ÁUREA CAROLINA

Deputada Federal – PSOL/MG

PADRE JOÃO

Deputado Federal – PT/MG